
a história do livro didático brasileiro



abrelivros



momentos do livro didático brasileiro

Por Circe Fernandes Bittencourt*

*Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo e professora de pós-graduação da Faculdade de Educação da USP e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Organiza ainda o LIVRES, banco de dados que traz informações sobre a história do livro didático no Brasil entre 1810 e 2007. As imagens das obras que constam do presente material são provenientes desse sistema.

1º momento

Primeiras gerações de livros escolares: os estrangeiros são nossos modelos

Os primeiros livros didáticos foram produzidos no Brasil no início do século XIX para serem utilizados nos colégios de nível secundário em algumas capitais das províncias do Império e nas pequenas e esparsas "escolas para ler, escrever e contar". A Impressão Régia, a primeira tipografia instalada no Brasil após a chegada da Família Real portuguesa em 1808, dedicou-se a traduzir algumas obras para alunos da Escola Militar no Rio de Janeiro. Eram livros baseados em conceituados professores, notadamente franceses, e abordavam disciplinas como Aritmética, Geometria, Física, Química e História Natural.

Depois da Independência do Brasil, em 1822, e com a eliminação do monopólio da Impressão Régia, surgiram algumas editoras que, em sua maioria, eram de propriedade de portugueses e franceses. Os livros didáticos seguiam os programas curriculares adaptados, eram inspirados também em outros países e sofriam controle do governo das províncias, estando sob a vigilância da Igreja Católica.

Porém, diante da dificuldade em obter papel e tinta no Brasil, que deviam ser importados, as editoras faziam a impressão das obras no exterior. Assim procedeu o editor francês Baptiste Louis Garnier, instalado no Brasil desde 1846, que mandava imprimir seu material em Paris. Ao se dedicar aos livros didáticos, Garnier procurava autores entre os professores do Imperial Colégio de Pedro II, por se-

rem conhecidos e por estarem ligados aos Conselhos que autorizavam a circulação e o uso das obras nas escolas.

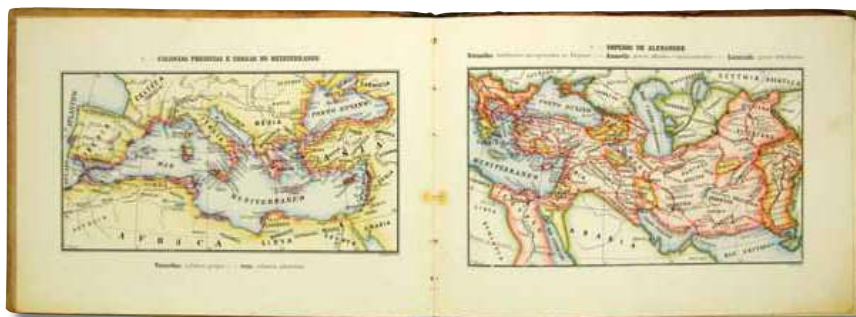
A tradução de obras para escolas brasileiras foi uma prática usual no decorrer do século XIX, tanto para as escolas de primeiras letras como para os colégios e liceus de nível secundário. As traduções de obras francesas eram mais usuais porque os currículos das escolas eram originários da França. Livros de Latim, Retórica, Literatura, Religião, disciplinas que faziam parte do currículo humanístico, eram indicados para serem adotados pelos professores do então Imperial Colégio de Pedro II.

Muitos livros didáticos usados no Brasil foram adotados em Portugal. Era comum a circulação de livros escolares nos dois países, havendo livros de autores brasileiros e portugueses. Algumas editoras cuidaram de publicar intencionalmente obras para os dois países. Uma das mais importantes foi a Editora Aillaud, sediada em Paris. Autores portugueses e brasileiros publicavam livros de diferentes disciplinas. Um autor muito divulgado por essa editora foi Cônego Roquette, que escreveu obras de religião, alfabetização e gramática. Também autores brasileiros, por iniciativa própria, encomendaram a confecção de suas publicações pela editora francesa, como foi o caso de Abílio Cezar Borges, que introduziu um novo gênero para o ensino: o livro de leitura.

2º momento

Nacionalização dos livros didáticos

1ª fase 1860 - 1930



A partir da segunda metade do século XIX foram realizadas, pelo governo de D. Pedro II, reformas nos currículos das escolas secundárias e também das “primeiras letras” ou “ensino popular”. Novas disciplinas necessitavam de livros específicos, como o caso da História do Brasil e de Coreografia do Brasil (Geografia), por exemplo. Foram, então, produzidos livros de autores brasileiros, sendo um dos mais conhecidos na época o *Compêndio de História do Brasil*, do general Abreu e Lima, publicado pela primeira vez em 1843, e *As Lições de História do Brasil* para uso das escolas de instrução primária, de 1861, do professor e romancista Joaquim Manuel de Macedo.

A partir dos anos de 1880, com o aumento do número de escolas no País, uma editora no Rio de Janeiro começou a se destacar na produção de livros escolares. Foi a editora conhecida como Francisco Alves. Este editor, percebendo a importância econômica dos livros didáticos, resolveu investir nesse tipo de produção. Assim, surgiram verdadeiros best sellers escolares, como os livros de leitura de Felisberto de Carvalho (na imagem ao lado) e os de Olavo Bilac em parceria com Coelho Netto. Os livros de leitura tornaram um gênero literário muito difundido durante toda a primeira metade do século XX. Destacavam temas que visavam a difundir um espírito nacionalista de caráter patriótico, abordando temas sobre o Brasil e histórias do nosso folclore.

Com a criação dos grupos escolares, na fase republicana, a escola primária foi dividida em séries e foram introduzidos novos conteúdos e métodos de ensino que, de maneira ainda parcial, foram incorporados em algumas das obras da época. Uma das novidades era a formação moral dos alunos.



2ª fase 1930- 1970



A nacionalização dos livros didáticos pode ser percebida não apenas pelo conteúdo mas também pela forma como passaram a ser produzidos. As novas técnicas de confecção de livros eram rapidamente incorporadas pelos editores que podiam aperfeiçoar, especialmente, aspectos relativos a ilustrações, por exemplo, um aspecto fundamental dos livros escolares (como na imagem ao lado e abaixo).

No início do século XX, os irmãos Weiszflog instalaram uma gráfica em São Paulo e, por volta de 1915, iniciaram a confecção de livros de literatura infantil e de algumas obras didáticas que se caracterizaram por uma nova técnica de impressão e por ilustrações muito cuidadosas. Na década de 1920, uma outra editora que marcou a história do livro didático brasileiro foi a Companhia Editora Nacional, criada pelo escritor Monteiro Lobato e seu sócio, Octalles Marcondes Ferreira. Além das obras infantis de Monteiro Lobato, a editora passou a produzir uma série de coleções didáticas que dominaram o mercado brasileiro entre os anos de 1930 a 1960 (como nos exemplos ao lado).

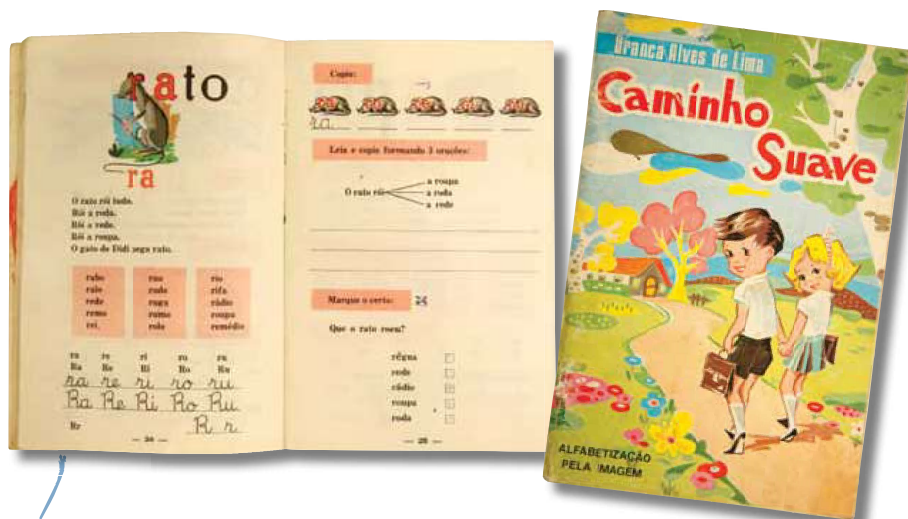
No decorrer da década de 1930, no governo de Getúlio Vargas, foram feitas reformas educacionais que atingiram todo o País. Multiplicaram-se as cartilhas de alfabetização de acordo com os novos métodos. A tendência de uma centralização do livro didático foi marcada pela criação do Conselho Nacional de Livro Didático (CNLD), que passou a avaliar as obras quanto aos aspectos de conteúdo.

O crescimento do público escolar proporcionou o desenvolvimento de editoras que se dedicaram com exclusividade à produção didática, como a FTD, dos Irmãos Maristas que desde o início do século XX possuía suas coleções didáticas. Várias outras editoras especializadas em livros de ficção ou acadêmicas também acabaram por se dedicar à produção didática, como a Editora Saraiva, de São Paulo, e a Globo, de Porto Alegre.



3º momento

Multiplicação dos livros escolares - 1970-1996



No década de 1970, ocorreram várias mudanças na política nacional, a partir da instalação do regime militar em 1964 e das transformações sociais provocadas pela intensa migração das áreas rurais para os centros urbanos. Esses fatores conduziram a novas políticas educacionais. A Lei de Diretrizes e Bases nº 4024 de 1961 já havia proporcionado uma nova fase da expansão escolar, considerando a necessidade de uma escola para todos os setores sociais, em um País que ainda apresentava elevadas taxas de analfabetismo.

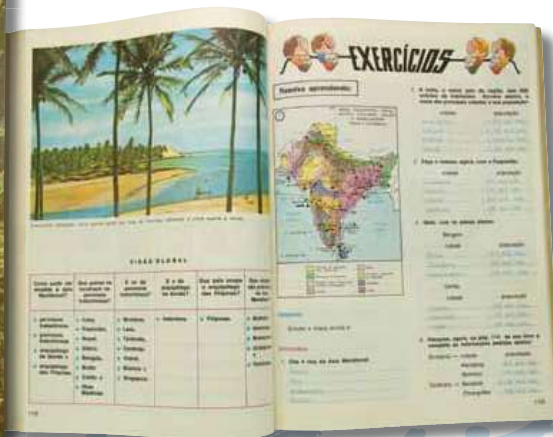
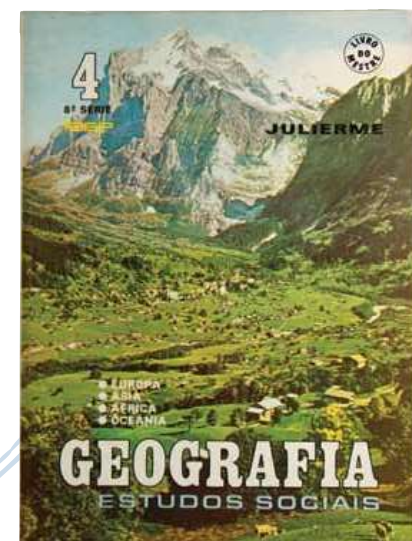
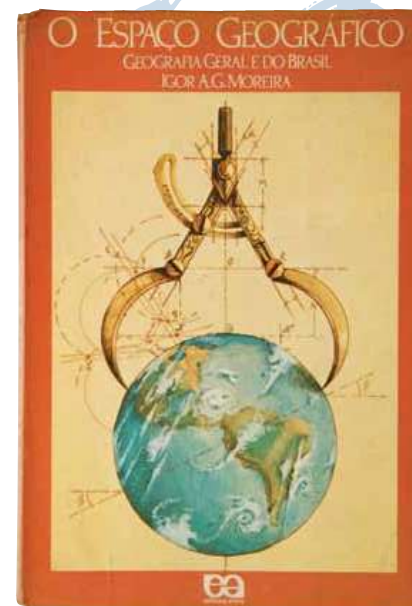
A Lei de Diretrizes e Bases nº 5692 de 1971 consolidou a tendência não da maneira que havia sido inicialmente proposta, em 1961, mas que acabou transformando a configuração da escola, dos professores e dos alunos. As reformulações curriculares redefiniram as disciplinas tradicionais, que se reduziram em áreas de ensino. Tais mudanças ocasionaram um impacto significativo nas obras didáticas, que ganharam novo poder no mercado. Editoras recebiam auxílios financeiros a partir de acordo firmado entre o Ministério da Educação e o United States Agency for International Development (Acordo MEC - USAID) proporcionado pela nova Comissão Nacional do Livro Técnico e Didático. Editoras tradicionais de produção didática aumentaram substancialmente suas vendas, com obras escolares que atingiam milhões

de tiragens de um único autor, como o livro de Português de Hermínio Sargentim, da editora do Instituto Brasileiro de Edições Pedagógicas (IBEP), que veio a adquirir a Companhia Editora Nacional em 1980.

E, ao lado das antigas editoras, novas empresas surgiram, notadamente a partir de experiências de produções de materiais para os cursos supletivos e cursinhos vestibulares, e suas inovações marcaram a história da editoração didática. Foi o caso das editoras Ática, criada por Anderson Fernandes Dias, diretor de um curso supletivo cujos professores foram seus primeiros autores, e a Moderna, fundada pelo professor de Química Ricardo Feltre.

Muitas editoras se beneficiaram de várias medidas governamentais, como a ampliação da compra de livros para distribuição a alunos com baixo poder aquisitivo, considerando-se que as obras eram, até então, adquiridas pelas famílias ou pelos próprios estudantes que compravam os materiais didáticos.

No mesmo período houve aperfeiçoamentos técnicos que inovaram os processos de confecção dos livros. Tais mudanças proporcionaram uma nova estética para as obras escolares, com ampla utilização de ilustrações coloridas. As dimensões ampliadas dos livros — de 15 cm X 21 cm para 21 cm X 28 cm — permitiram um número maior de ilustrações e facilitaram



dade para leitura dos textos. A quantidade de imagens nas obras didáticas foi, às vezes, triplicada, assim como trouxe uma nova diagramação que deixou os livros semelhantes às revistas da época. As imagens nos livros tinham funções pedagógicas, mas estas, muitas vezes, serviam apenas para melhorar as vendas e não estavam articuladas aos processos de aprendizagem. As mudanças dos métodos de ensino também foram significativas, sendo mais usual a obra descartável, com exercícios realizados pelos alunos no próprio livro. A época de exercícios baseados em testes havia começado, assim como as atividades lúdicas para facilitar a memorização, estratégias acompanhadas, em geral, na década de 1970, dos denominados estudos dirigidos.

No decorrer dos anos de 1980 e início da década de 1990, no processo de redemocratização e reformulações curriculares, os livros foram se transformando em material pedagógico essencial para o ensino, sendo que os livros dos alunos passaram a ser invariavelmente acompanhados pelo livro do professor. A formação mais simplificada dos professores e a ampliação constante do número de alunos em turnos variados de aulas, entre outros problemas, tornaram o livro um instrumento fundamental para o ensino, chegando muitas vezes a estabelecer os currículos, cujos textos oficiais eram meros indicadores e não mais a base para a elaboração dos materiais didáticos. As variações de qualidade tanto na forma quanto no conteúdo dominavam a produção e isso se verificava pela enorme quantidade de títulos disponíveis para todos os níveis de ensino. Uma nova geração de autores também surgiu acompanhada de uma efetiva profissionalização do trabalho de autoria, considerando as possibilidades de vendas de um produto cultural bastante lucrativo para todos os envolvidos em sua confecção.

4º momento

Da nacionalização à internacionalização 1996 aos dias atuais

As políticas públicas educacionais na década de 1990 marcaram um novo momento na história do livro didático brasileiro. A implantação de uma política de compra e distribuição de livros para todos os alunos das escolas públicas brasileiras foi determinante na configuração das obras didáticas. Com base nas decisões internacionais da Conferência de Jomtien, realizada em 1990, foi preparado pelo MEC o Plano Decenal de Educação para Todos, que previa apoio financeiro de órgãos internacionais, como a Unesco e o Banco Mundial.

O objetivo era a viabilização e implementação de políticas de universalização da educação básica, sendo que um dos apoios centrais era o auxílio para a produção de materiais didáticos. O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), criado em 1985, foi apenas efetivado após a aprovação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº. 9394 em 1996, depois de tomadas as medidas iniciais que visavam à aquisição e distribuição de livros para todos os alunos do ensino fundamental.

Vários problemas estavam sendo detectados quanto à qualidade dos livros didáticos, sendo que avaliações governamentais apontaram para questões relativas a preconceitos, livros com conteúdos desatualizados e erros conceituais. A partir desse período, o PNLD, além de organizar uma política de aquisição e distribuição, também se encarregou da avaliação sistemática do livro didático. Com um fluxo assegurado de recursos, o Governo Federal passou a organizar o sistema de avaliações de todos os livros didáticos a serem indicados para a seleção dos professores. O processo de avaliação tornou-se constante, promovido por especialistas de diferentes áreas e oriundos de universidades públicas. A partir dos pressupostos dos avaliadores, expressos em documentos oficiais, estes se tornaram modelo para autores e editoras. Desse momento em diante, os livros didáticos encaminhados para a

avaliação deveriam estar de acordo com as normas e os critérios estabelecidos pelo MEC, sendo apresentados em forma de coleção e acompanhados do livro do professor. A avaliação da materialidade tornou-se um tópico importante porque os livros devem ter uma durabilidade de três anos e, por não pertencerem aos alunos, são anualmente redistribuídos. Ilustrações, paginação, conteúdos e atividades de aprendizagem são avaliados e dessa forma autores e editores seguem o padrão estabelecido. Embora não haja necessidade de seguir um único currículo, os pressupostos pedagógicos apresentam características sugeridas pelas recomendações dos textos oficiais, dentro de certas concepções de ensino-aprendizagem genericamente denominadas de construtivistas.

Nesta fase, a produção de livros didáticos aumentou consideravelmente, assim como houve a ampliação por parte do governo de aquisição e distribuição para outros níveis do ensino. Em 2004 foi criado o Programa Nacional de Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM) e passaram a ser feitas aquisições de obras para bibliotecas escolares ou obras de consulta, notadamente os dicionários. Assim, em 2009, com 52,5 milhões de alunos matriculados no ensino fundamental e médio, o livro didático assume liderança como obra imprescindível no mercado editorial. As possibilidades comerciais têm mobilizado o interesse das editoras, notadamente as de capital estrangeiro, como o grupo Santillana, que adquiriu a Editora Moderna.

Atualmente, a produção de livros escolares abrange uma equipe bastante complexa para sua elaboração, além dos autores propriamente ditos. Participam do livro vários técnicos, como revisores, pesquisadores iconográficos, programadores visuais, entre outros. A longa trajetória dos livros didáticos tem mostrado transformações na forma e nos conteúdos, mas um aspecto sempre permanece: o seu uso depende do professor.

